



**Processo nº** 10120.902815/2012-64  
**Recurso** Voluntário  
**Acórdão nº** **3301-007.466 – 3<sup>a</sup> Seção de Julgamento / 3<sup>a</sup> Câmara / 1<sup>a</sup> Turma Ordinária**  
**Sessão de** 28 de janeiro de 2020  
**Recorrente** BASE INDÚSTRIAS REUNIDAS LTDA  
**Interessado** FAZENDA NACIONAL

### **ASSUNTO: NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Ano-calendário: 2009

O resarcimento e a compensação de tributo estão condicionados à comprovação da certeza e liquidez do crédito tributário pleiteado, cujo ônus é do contribuinte por intermédio de documentação contábil e fiscal apta para tal fim.

Recurso Voluntário Negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso voluntário.

(documento assinado digitalmente)

Winderley Moraes Pereira - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Valcir Gassen - Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Winderley Moraes Pereira, Liziane Angelotti Meira, Marcelo Costa Marques d'Oliveira, Ari Vendramini, Salvador Cândido Brandão Junior, Marco Antonio Marinho Nunes, Semíramis de Oliveira Duro e Valcir Gassen.

### **Relatório**

Trata-se de Recurso Voluntário (fls. 128 a 141) interposto pelo Contribuinte, em 16 de dezembro de 2014, contra decisão consubstanciada no Acórdão nº 08-31.582 (fls. 102 a 116), de 30 de outubro de 2014, proferido pela 3<sup>a</sup> Turma da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Fortaleza (CE) – DRJ/FOR – que decidiu, por unanimidade de votos, julgar improcedente a Manifestação de Inconformidade (fls. 2 a 10).

Adoto e cito o relatório do referido Acórdão:

O Contribuinte supraqualificado foi cientificado do Despacho Decisório, fls. 87, 93, da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Goiânia (DRF/ Goiânia), através do qual o Titular da Unidade de Jurisdição do Sujeito Passivo, após apreciar o PER/DCOMP com TIPO DE CRÉDITO, relativo a Pagamento Indevido ou a Maior, referente ao ano-calendário de 2009, com débito do Interessado, e dados ali discriminados, concluiu pela homologação parcial da compensação declarada no citado PER/DCOMP.

Tal deferimento parcial se deveu às razões a seguir descritas:

A partir das características do DARF discriminado no PER/DCOMP acima mencionado, foi localizado pagamento relacionado no Despacho Decisório, mas parcialmente utilizado para quitação de débito do Contribuinte, restando saldo disponível inferior ao crédito pretendido, insuficiente para compensação do débito informado no PER/DCOMP.

Assim, conforme demonstrado no Despacho Decisório, o pagamento encontrado para o DARF discriminado no PER/DCOMP foi utilizado conforme a seguir indicado:

Utilização do Pagamento Encontrado para o DARF Discriminado no PER/DCOMP (Valores em R\$)

Número Pagamento	Valor Original Total	PER/DCOMP (PD)/DÉBITO (DB)	Valor Original Utilizado	Valor Original Disponível
4152871632	107.300,58	DB código 5856 PA 30/09/2009	101.514,90	5.785,68
Total	----- --	-----	101.514,90	5.785,68

No referido PER/DCOMP, bem como na Manifestação de Inconformidade constou o informe do Contribuinte de que seria titular de crédito tributário decorrente de pagamento indevido ou a maior efetuado por meio do DARF COFINS, período de apuração (PA) de 09/2009, bem como do pleito de sua compensação com débito relativo à COFINS, período de apuração (PA) 08/2009, como demonstrado a seguir:

DADOS DO CRÉDITO DA COMPENSAÇÃO:

IMPOSTO/CONTRIBUIÇÃO	PERÍODO DE APURAÇÃO (PA)	COMPROVAÇÃO
COFINS	09/2009	DARF COFINS

DADOS DOS DÉBITOS DA COMPENSAÇÃO:

IMPOSTO/CONTRIBUIÇÃO	PERÍODOS DE APURAÇÃO (PAs)
COFINS	08/2009

Inconformado com o indeferimento de seu Pleito, do qual tomara ciência em 19/03/2012, fls. 11, 95, 96, apresentou o Contribuinte Manifestação de

Inconformidade em 11/04/2012, fls. 2/10, requerendo que fosse anulado o Despacho Decisório 019090609, fosse cancelado o PER/DCOMP 29233.42551.121109.1.3.04-9933, fosse acolhido o PERD/DCOMP 28780.53450.170610.1.2.04-8069, fosse excluída do sistema a cobrança ao Contribuinte que manifesta sua inconformidade representada por DARFs originários do Despacho Decisório 019090609, argumentando em síntese:

Em 11/11/2009, o Contribuinte apresentou Pedido de Ressarcimento PERD/DCOMP remetido e recebido Via Internet pelo Agente Receptor SERPRO em M/11/2009 n.º 30132.40845.111109.1.2.04-0538, Tipo de Crédito: Pagamento Indevido ou a Maior, Valor do Pedido R\$ 107.300,58. Do referido Crédito compensado no valor original utilizado de R\$ 101.514,90, conforme o recibo de Declaração Retificada 18.45.35.25.16-77, restou um saldo disponível de R\$ 5.785,68.

Acontece que em 12/11/2009, o Contribuinte cometeu um equívoco. Querendo aproveitar o crédito ora já solicitado, Valor do Pedido R\$ 107.300,58, conforme dados da Declaração de Compensação 29233.42551.121109.1.3.04-9933, documento recebido Via Internet pelo Agente Receptor SERPRO em 12/11/2009 Tipo de Crédito: Pagamento Indevido ou a Maior.

Vale ressaltar que, o Contribuinte, observando que havia cometido tal equívoco, uma vez que já havia utilizado tal crédito, em data de 17/06/2010, solicitou um novo Pedido de Restituição PERD/DCOMP 28780.53450.170610.1.2.04-8069, remetido e recebido Via Internet pelo Agente Receptor SERPRO em 11/06/2010, Tipo de Crédito: Pagamento Indevido ou a Maior, Valor do Pedido R\$ 117.165,64. O referido Crédito compensado no valor original utilizado de R\$ 83.476,22, conforme o recibo de Declaração retificada 26.17.55.18.65.90. Importante ressaltar que o valor do crédito utilizado foi de R\$ 105.605,76, conforme Declaração de Compensação 39117.11473.170610.1.3.04-9049.

Importante esclarecer que o valor principal de R\$ 86.811,90 apresentado pela Fazenda Pública não procede, conforme o recibo 2348850304, do demonstrativo retificado 26.17.55.18.65.90, enviado em 17/06/2010, o valor correto é de R\$ 83.476,22.

Dante do exposto, verifica-se que o Contribuinte não utilizou mais de uma vez o crédito solicitado. O Valor do Pedido de R\$ 107.300,58, conforme dados da Declaração de Compensação PERD/DCOMP 29233.42551.121109.1.3.04-9933, recebido Via Internet pelo Agente Receptor SERPRO em 12/11/2009, Tipo de Crédito: Pagamento Indevido ou a Maior, não foi utilizado. Ocorre que o valor principal de R\$ 83.476,22 foi devidamente compensado por um novo pedido de restituição PERD/DCOMP 28780.53450.170610.1.2.04-8069, remetido e recebido Via Internet pelo Agente Receptor SERPRO em 11/06/2010, Tipo de Crédito: Pagamento Indevido ou a Maior, Valor do Pedido R\$ 117.165,64.

De mais a mais, o Contribuinte solicitou o cancelamento do Pedido de aproveitamento de Crédito PERD/DCOMP 29233.42551.121109.1.3.04-9933, data de Transmissão 12/11/2009, Tipo de Crédito: Pagamento Indevido ou a Maior. Ocorre que tal cancelamento não foi possível, por ser objeto de fiscalização.

Nos termos do art. 156, II, do CTN, a compensação é modalidade de extinção do crédito tributário. Está disciplinada, atualmente, pela Lei 9.430/1996, art. 74, fls. 4/6.

Conclui-se, da análise dos dispositivos transcritos, que o Contribuinte, para proceder à Compensação, deve apresentar Declaração em que constem informações relativas aos créditos e débitos objeto do encontro de contas. Na hipótese de não ser homologada a Compensação, cabe ao Contribuinte interpor Manifestação de Inconformidade. A prestação correta de informações relativas ao crédito, portanto, é que baliza todo o procedimento de Compensação, sendo requisito essencial para a sua homologação, pois é por meio dessas informações que o crédito é devidamente comprovado.

O equívoco na prestação das informações relativas à compensação é admitido pelo Contribuinte, tendo sido descumprido, de certa forma, o requisito formal previsto no § 1º do art. 74 da Lei 9.430/1996. Todavia, deve ser privilegiada, sempre que possível, a busca pela verdade material relativa à situação fiscal do Contribuinte, uma vez que eventual preenchimento incorreto do PER/DCOMP ou da DCTF não retira, por si só, o direito de crédito do Contribuinte.

Dessa forma, impõe-se a análise das afirmações e dos documentos acostados, a fim de verificar a verossimilhança quanto ao direito de crédito do Contribuinte. E a documentação acostada indica que os argumentos do Manifestante são verazes, quanto ao equívoco, o Valor do Pedido de R\$ 107.300,58, conforme dados da Declaração de Compensação PER/DCOMP recebido Via Internet pelo Agente Receptor SERPRO em 12/11/2009, 29233.42551.121109.1.3.04-9933, Tipo de Crédito: Pagamento Indevido ou a Maior, não foi utilizado. Ocorre que o valor principal de R\$ 83.476,22 foi devidamente compensado por um novo pedido de restituição (retificado) PERD/DCOMP remetido e recebido Via Internet pelo Agente Receptor SERPRO em 11/06/2010, 28780.53450.170610.1.2.04-8069. Tipo de Crédito: Pagamento Indevido ou a Maior. Valor do Pedido R\$ 117.165,64, destacado o que estabelece o CTN, relativamente às retificações pelo próprio Contribuinte, fl. 7.

O Código Tributário prevê, porém, que determinados equívocos meramente formais, verificáveis facilmente pela própria Autoridade da Administração Tributária, sejam por ela corrigidos.

Entretanto, conforme já afirmado, deve ser buscada, sempre que possível, a verdade material referente à situação fiscal do Contribuinte. O preenchimento incorreto do PER/DCOMP ou da DCTF não retira, por si só, o direito de crédito do Contribuinte, embora possa efetivamente acarretar a não homologação do encontro de contas caso não seja retificada a informação.

Portanto, o novo Pedido de Restituição PERD/DCOMP remetido e recebido Via Internet pelo Agente Receptor SERPRO em 11/06/2010, 28780.53450.170610.1.2.04-8069, Tipo de Crédito: Pagamento Indevido ou a Maior, Valor do Pedido RS 117.165,64. O referido Crédito compensado no valor original utilizado de R\$ 83.476,22, conforme o recibo de Declaração Retificada 26.17.55.18.65.90. Importante ressaltar que o valor do crédito utilizado foi de R\$ 105.605,76, conforme Declaração de Compensação 39117.11473.170610.1.3.04-9049, merece ser apreciada à luz de seus argumentos relativos ao equívoco cometido na Declaração.

Isso porque a análise do crédito informado pelo Contribuinte, bem como das demais informações relativas à Compensação pretendida, é de responsabilidade da Administração Tributária, nos termos da Lei 9.430/1996. Até porque é o Fisco que dispõe de todas as informações relativas à situação do Contribuinte que permitem aferir, com certeza, a extinção do crédito tributário. Tal conclusão assume ainda mais relevância quando sequer é oportunizada à Administração a análise do Pedido Compensatório após a retificação dos dados informados pelo Contribuinte, como é o da Manifestação.

Deste modo, tendo sido alegado mero equívoco na prestação de informações do PER/DCOMP e da DCTF, deve ser oportunizada ao Contribuinte a possibilidade de retificação dos dados, incumbindo ao Fisco, portanto, o reprocessamento da Declaração de Compensação.

Embora, num primeiro momento, tenha ocorrido erro no preenchimento de Declaração de Compensação, oportunamente o Contribuinte o retificou. Portanto, não é possível que a existência de erro, já corrigido, impeça o Manifestante de realizar a quitação dos débitos tributários, via Compensação, compensação esta que possibilita a futura extinção do débito tributário que se objetivou compensar, salientado o entendimento dos Tribunais, fls. 8/9.

Por conseguinte, sendo indiscutível que a não homologação da Compensação decorreu exclusivamente do erro no preenchimento do documento eletrônico, o qual já restou eficazmente retificado, impõe-se o regular processamento do procedimento compensatório referente ao PER/DCOMP remetido e recebido Via Internet pelo Agente Receptor SERPRO em 11/06/2010, 28780.53450.170610.1.2.04-8069, Tipo de Crédito Pagamento Indevido ou a Maior, Valor do Pedido R\$ 117.165,64.

Vale ressaltar que o referido crédito compensou o valor original utilizado de R\$ 83.476,22, conforme o recibo de Declaração Retificada 26.17.55.18.65.90. Importante ressaltar que o valor do crédito utilizado foi de R\$ 105.605,76, conforme Declaração de Compensação 39117.11473.170610.1.3.04-9049.

Desse modo, é cabível a anulação do Despacho Decisório 019090609 de 01/03/2012, devendo o Órgão Competente proceder à análise do novo procedimento de Compensação PER/DCOMP remetido e recebido Via Internet pelo Agente Receptor SERPRO em 11/06/2010, 28780.53450.170610.1.2.04-8069, Tipo de Crédito Pagamento Indevido ou a Maior, Valor do Pedido RS 117.165,64, nos moldes do art. 74 da Lei 9.430/1996, levando em consideração para o encontro de contas as retificações realizadas pelo Contribuinte, referentes à origem do crédito - DARF de R\$ 117.165,64, e à DCTF recebida via internet pelo Agente Receptor SERPRO em 12/03/2012, 2306570671, recibo número 42.93.62.41.57-34.

#### DOCUMENTOS ANEXADOS.

Estão anexados à Manifestação de Inconformidade os seguintes documentos:

1 - Pedido de Ressarcimento PERD/DCOMP remetido e recebido Via Internet pelo Agente Receptor SERPRO em 11/11/2009, 30132.40845.111109.1.2.04-0538. Valor do Pedido 107.300,58. Pagamento de DARF 23/10/2009, DCTF

recebida via internet em 08/03/2012, 04.58.63.38.49-00, DACON recebido via internet em 17/06/2010, 20.24.88.40.21.

2 - Recibo da entrega da Declaração de Compensação recebido via internet em 12/11/2009, 02.84.11.01.21.

3- Pedido de Ressarcimento PERD/DCOMP remetido e recebido Via Internet pelo Agente Receptor SERPRO em 17/06/2010, 28780.53450.170610.1.2.04-8069. Valor do Pedido R\$ 117.165,64. Pagamento de DARF 23/10/2009, Recibo de entrega do demonstrativo de apuração de contribuições sociais, remetido via internet em 17/06/2010, 04.79.67.97.91.25, DACON número do recibo 2617551865-90, DCTF recebida via internet em 12/03/2012, 42.93.62.41.57-34.

4- Despacho Decisório 019090609 de 01/03/2012 com os seus respectivos DARFs de cobrança.

5- Cópia do documento pessoal do Sócio.

6- Cópia do Contrato Social.

É o relatório.

## Voto

Conselheiro Valcir Gassen, Relator.

O Recurso Voluntário interposto em face da decisão consubstanciada no Acórdão nº 08-31.582 é tempestivo e atende os pressupostos legais de admissibilidade, motivo pelo qual deve ser conhecido.

A decisão ora recorrida tem a seguinte ementa:

### **ASSUNTO: NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Ano-calendário: 2009

CANCELAMENTO DO PER/DCOMP.

A desistência do Pleito da Compensação, mediante a apresentação à RFB do Pedido de Cancelamento gerado a partir do programa PER/DCOMP, somente será deferida se o Pedido ou a Compensação se encontrar pendente de Decisão Administrativa, e desde que o erro seja devidamente comprovado pelo Interessado.

Manifestação de Inconformidade Improcedente

Direito Creditório Não Reconhecido

Diante do relatório verifica-se que o objeto na presente lide refere-se a existência ou não de direito creditório. O Contribuinte apresenta em seu recurso quais foram as PER/DCOMPs apresentadas e seus desdobramentos, com cópia dos DARFs e alega que a forma

utilizada pelo operacional da empresa foi equivocada quanto à informação do valor original do débito na PER/DCOMP e aponta as imprecisões:

No item 2 fica demonstrado que na data de pagamento da COFINS referente ao mês de agosto de 2009 o valor do débito corrigido era de R\$ 91.473,78 e que o valor pago pela empresa (...) foi de R\$ 107.300,58 (item 7).

**PORTANTO, TENDO UM HAVER DE CRÉDITO PAGO A MAIOR OU INDEVIDO NO MONTANTE DE R\$ 15.826,80.**

No item 2 fica demonstrado que na data de pagamento da COFINS referente ao mês de agosto de 2009 o valor do débito era de R\$ 101.514,90 e que, mesmo sendo recolhido dentro do prazo, o operacional da empresa (...) equivocadamente informou o valor do débito de R\$ 117.165,64.

**PORTANTO, TENDO UM HAVER DE CRÉDITO PAGO A MAIOR OU INDEVIDO NO MONTANTE DE R\$ 15.650,74.**

Demonstrado o erro no preenchimento e a falta de entendimento da empresa em corrigir de forma correta o DARF (item 2 e item 7). O que não caberia PER/DCOMP. Propomos a RFB que acolha o pedido de REDARF para corrigir o período de competência da COFINS referente o mês de agosto de 2009, levando-se em conta a retificação de pagamentos por intermédio de REDARF, senão vejamos o que nos ensina a IN RFB n. 900/2008: (...)

Entende-se procedente a demonstração do equívoco cometido, mas a questão que se apresenta refere-se à existência ou não de direito creditório. Na análise dos autos não se verifica que o Contribuinte enfrenta esta matéria.

Cito trechos da decisão ora recorrida que bem demonstra que a questão central se resume a comprovação da existência do crédito tributário, ônus do Contribuinte:

**DIREITO CREDITÓRIO ALEGADO PELA DEFESA:**

Tratando-se de Declaração de Compensação, convém de início dizer que a partir da redação conferida pela Lei 10.637, de 30.12.2002, ao artigo (art.) 74 da Lei 9.430, de 27.12.1996, a compensação tributária passou a ser implementada pelo Sujeito Passivo com a entrega do PER/DCOMP, no qual devem constar informações relativas aos créditos utilizados e aos respectivos débitos. O efeito imediato da Declaração é a extinção do débito, ainda que sob ulterior condição resolutória.

Nesses termos, o PER/DCOMP se presta a formalizar o encontro de contas entre o Contribuinte e a Fazenda Pública, por iniciativa do primeiro, a quem cabe a responsabilidade pelas informações sobre os créditos e os débitos, permanecendo com a Autoridade Tributária o poder/dever de verificar e, se legalmente cabível, validar a operação realizada.

No caso que se aprecia, o Contribuinte transmitiu o PER/DCOMP com o fim de extinguir o débito com suposto crédito decorrente de alegado pagamento indevido ou a maior, apontando um DARF como origem desse crédito.

A verificação realizada automaticamente pelo Fisco concentrou-se sobre os dados relativos ao direito creditório informado pelo Contribuinte, os quais, após cotejados com as bases dos Sistemas disponíveis da Receita Federal do Brasil, relativamente aos pagamentos efetuados na rede arrecadadora, resultaram no

Despacho Decisório em discussão, fundamentado sob o argumento de que, a partir das características do DARF discriminado no PER/DCOMP, foi localizado pagamento relacionado no Despacho Decisório, mas parcialmente utilizado para quitação de débito do Contribuinte, restando saldo disponível inferior ao crédito pretendido, insuficiente para compensação do débito informado no PER/DCOMP.

O núcleo do litígio restringe-se portanto a verificar se o Interessado possuía ou não o direito creditório pleiteado.

Ao se verificarem os autos, destacou-se o Pleito da Defesa de que fosse anulado o Despacho Decisório, fosse cancelado o PER/DCOMP 29233.42551.121109.1.3.04-9933, fosse acolhido o PERD/DCOMP 28780.53450.170610.1.2.04-8069, fosse excluída do sistema a cobrança ao Contribuinte que manifesta sua inconformidade representada por DARFs originários do citado Despacho Decisório.

No tocante ao cancelamento do PER/DCOMP, preceitua o artigo (art.) 93 da Instrução Normativa RFB (IN RFB) 1.300, de 20.11.2012:

IN RFB 1.300, de 20.11.2012, art. 93:

*“Art. 93 . A desistência do pedido de restituição, do pedido de ressarcimento, do pedido de reembolso ou da compensação poderá ser requerida pelo sujeito passivo mediante a apresentação à RFB do pedido de cancelamento gerado a partir do programa PER/DCOMP ou, na hipótese de utilização de formulário, mediante a apresentação de requerimento à RFB, o qual somente será deferido caso o pedido ou a compensação se encontre pendente de decisão administrativa à data da apresentação do pedido de cancelamento ou do requerimento.”*

EXAME DA IN RFB 1.300, de 20.11.2012, ART. 93:

Em relação ao Pleito de Cancelamento do PER/DCOMP apresentado, tal Solicitação não pode ser acatada por motivo de não atender ao exigido pelo supratranscrito art. 93 da IN RFB 1.300, de 20.11.2012, conforme o qual o Pleito somente será deferido caso o pedido ou a compensação se encontre pendente de decisão administrativa à data da apresentação do pedido de cancelamento ou do requerimento, o que não ocorreu na situação apreciada, pelo que o PER/DCOMP apresentado não pode ser cancelado, conforme o disposto pela reproduzida IN RFB.

APRECIAÇÃO DOS DADOS DO CONTRIBUINTE DETECTADOS NOS SISTEMAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - RFB:

Após se consultarem dados existentes nos Sistemas da RFB, que foram objeto do DARF discriminado no PER/DCOMP e examinado no Despacho Decisório, foi detectada a tela a seguir reproduzida:

CONSULTA, DCTF.09/2009:

DCTF - Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais							
Consulta DCTF::Consulta Declaração							
Consulta Declaração							
CNPJ	Período	Data Recepção	Período Inicial	Período Final	Situação	Tipo/Status	Nº Declaração
37.393.196/0001-31	Setembro/2009	06/11/2009	01/09/2009	30/09/2009	Normal	Original/Cancelada	100.2009.2009.1890193821
37.393.196/0001-31	Setembro/2009	17/06/2010	01/09/2009	30/09/2009	Normal	Retificadora/Cancelada	100.2009.2010.1810390915
37.393.196/0001-31	Setembro/2009	08/03/2012	01/09/2009	30/09/2009	Normal	Retificadora/Ativa	100.2009.2012.1860425545

### CONSULTA, DCTF. Informações do Débito - COFINS:

Consulta DCTF::Consulta Declaração				
CNPJ	Nome Empresarial	Período	Tipo/Status	Nº Declaração
37.393.196/0001-31	BASE INDUSTRIAS REUNIDAS LTDA	Setembro/2009	Retificadora/Ativa	100.2009.2012.1860425545

  

Informações do Débito - COFINS				
Código de Receita	Período de Apuração	Débitos Apurados	Créditos Vinculados	Saldo a Pagar
5856-01	Set/2009	101.514,90	101.514,90	0,00
<a href="#">Entrar</a>				<a href="#">Preparar para Impressão</a>

### CONSULTA, DCTF.Demonstrativo do Saldo a Pagar Débito - COFINS:

Demonstrativo do Saldo a Pagar do Débito - COFINS - 5856-01 - Setembro/2009	
Débito Apurado:	101.514,90
Créditos Vinculados	
- PAGAMENTO	101.514,90
- COMPENSAÇÃO DE PAGAMENTO INDEVIDO OU A MAIOR	0,00
- OUTRAS COMPENSAÇÕES	0,00
- PARCELAMENTO	0,00
- SUSPENSÃO	0,00
Soma dos Créditos Vinculados:	101.514,90
Saldo a Pagar do Débito:	0,00

### Documento de Arrecadação – Consulta - Pagos:

Documento de Arrecadação - Consulta - Pagos.									
Data/Hora		Período pesquisado		Período disponível					
RESUMO		EXTRATO		COMPOSIÇÃO		HISTÓRICO		UTILIZAÇÃO	
Faixa de valor	107.300,58	107.300,58	107.300,58	107.300,58	107.300,58	107.300,58	107.300,58	107.300,58	107.300,58
CNPJ	Estb	CPF	Dt. arrecadação	Proc/Ref/Vrba/Perc	Receita	Valor total	Situ.	Interesse	Número do Documento
37393196	0001		23/10/2009		5856	107.300,58	ORI	PJ-RL	010100103950161075
Discriminação do registro evidenciado									
1	5856	107.300,58	3	Receita	Valor	5	Receita	Valor	
2			4						

### Documento de Arrecadação – Consulta – Pagos.UTILIZAÇÃO:

Documento de Arrecadação - Consulta - Pagos.

Data/Hor: 21/10/2014 / 18:44:08 Período pesquisado 23/10/2009 a 23/10/2009 Período disponível 06/09/1986 a 20/10/2014

RESUMO EXTRATO COMPOSIÇÃO HISTÓRICO UTILIZAÇÃO DUPLICADOS VINCULACÃO

CNPJ 37.393.196/0001-31 Nome empresarial BASE INDUSTRIAS REUNIDAS LTDA

Nr. registro 4152871632-5 Dt. arrecadação Banco Agência Dt. vencimento Per. apuração 5035 23/10/2009 30/09/2009

Nr. referência DARF Sistema de interesse PJ REDE LOCAL

VI reservado para C/C PJ 0,00

Valores do registro

Receita	Valor	Saldo
1	5856 107.300,58	0,00
2		
3		
Valor total	107.300,58	0,00

Alocações:

Débito	Tributo	PA	Receita	Dt. vencimento	Valor	Processo	Inscrição
COFINS		01/09/2009	5856	23/10/2009	101.514,30		

Valores restituídos / reservados para restituição

Valor Reservado	Valor Bloqueado	Sistema	Processo / Períodcomp
0,00	5.785,68	SCC	292334255112110913049933

PER/DCOMP 29233.42551.121109.1.3.04-9933:

PER/DCOMP - Consulta - Parâmetros Básicos - v20140711-A

Básicos Fichaitem RDC Utiliz. do Crédito PER/DCOMP Relacionados Despachos Decisórios

Resultado da Seleção

PER/DCOMP	CNPJ/CPF	Valor total crédito	Vlr. cred dt transm	Vlr. total débitos ou Vlr. Ped rest/ress	Dt. transmissão
29233.42551.121109.1.3.04-9933	37.393.196/0001-31	107.300,58	107.300,58	107.300,58	12/11/2009

Nome empresarial/Nome CNPJ Matriz UA Mat./Decl CNPJ/CEI/ NIT Det. Crédito UA det. créd.

BASE INDUSTRIAS REUNIDAS LTDA 37.393.196/0001-31 01.2.01.00 37.393.196/0001-31 01.2.01.00

Tipo declaração Proc. ação jud. Dt. 1<sup>a</sup> DCOMP ativa Nº proc. atrib. PER/DCOMP Nº processo adm. anterior Nº processo judicial

ORIGINAL NÃO 12/11/2009 10120.902815/2012-64

Tipo documento Tipo crédito Período de Apuração Perfil contribuinte

DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO PAGAMENTO INDEVIDO OU A MAIOR EMPRESA DE MÉDIO PORTES

Situação da Declaração Motivo da situação da declaração Imp. ret/canc CPF inf. trat. manual

EM DISCUSSÃO ADMINISTRATIVA MANIFESTAÇÃO DE INCONFORMIDADE NÃO

Nº da PER/DCOMP c/ informação do crédito Nº do PER/DCOMP retificado/cancelado Versão Nº processo habilitação

30132.40845.111109.1.204-0538 4.2

CNPJ Sucessora UA Sucessora Grupo Tributo Código da Receita Data de Arrecadação

Débitos Histórico Detalhe Param

PER/DCOMP 29233.42551.121109.1.3.04-9933.Utiliz. do Crédito:

PER/DCOMP 30132.40845.111109.1.2.04-0538:

PER/DCOMP 30132.40845.111109.1.2.04-0538.Utiliz. do Crédito:

PER/DCOMP 28780.53450.170610.1.2.04-8069:

PER/DCOMP - Consulta - Parâmetros Básicos - v20140711-A						
Básicos	Ficha/Item	RDC	Utiliz. do Crédito	PER/DCOMP Relacionados	Despachos Decisórios	
Resultado da Seleção						
				Vlr. total débitos ou Vlr. Ped restress	1 / 1	Dt. transmissão
PER/DCOMP	CNPJ/CPF	Valor total crédito	Vlr. cred dt transm			
28780.53450.170610.1.2.04-8069	37.393.196/0001-31	117.165,64	117.165,64	117.165,64		17/06/2010
Nome empresarial/Nome		CNPJ Matriz	UA Mat./Decl	CNPJ/CEI/ NIT Det.	Crédito	UA det. créd.
BASE INDUSTRIAS REUNIDAS LTDA		37.393.196/0001-31	01.2.01.00	37.393.196/0001-31	01.2.01.00	
Tipo declaração		Proc. ação jud.	Dt. 1 <sup>ª</sup> DCOMP ativa	Nº proc. atrib. PER/DCOMP	Nº processo adm. anterior	Nº processo judicial
ORIGINAL		NÃO		10120.914010/2012-63		
Tipo documento		Tipo crédito		Período de Apuração		Perfil contribuinte
PEDIDO DE RESTITUIÇÃO		PAGAMENTO INDEVIDO OU A MAI...		30/09/2009		EMPRESA DE MÉDIO PORTE
Situação da Declaração		Motivo da situação da declaração				Imp. ref/canc
DESPACHO DECISÓRIO		DESPACHO EMITIDO				CPF inf. trat. manual
Nº da PER/DCOMP c/ informação do crédito		Nº do PER/DCOMP retificado/cancelado		Versão	Nº processo habilitação	
				4.3		Débitos
CNPJ Sucessora		UA Sucessora	Grupo Tributo	Código da Receita	Data de Arrecadação	
			COFINS	5856	23/10/2009	Histórico
						Detalhe Param

PER/DCOMP 28780.53450.170610.1.2.04-8069.Utiliz. do Crédito:

PER/DCOMP 39117.11473.170610.1.3.04-9049:

PER/DCOMP - Consulta - Parâmetros Básicos - v20140711-A						
Básicos	Ficha/Item	RDC	Utiliz. do Crédito	PER/DCOMP Relacionados	Despachos Decisórios	
Resultado da Seleção						
						Vlr. total débitos ou Vlr. Ped rest/hess
						1 / 1
PER/DCOMP	CNPJ/CPF	Valor total crédito	Vlr. cred dt transm	Vlr. total débitos ou Vlr. Ped rest/hess	Dt. transmissão	
39117.11473.170610.1.3.04-9049	37.393.196/0001-31	117.185,64	117.185,64	105.605,76	17/06/2010	
Nome empresarial/Nome		CNPJ Matriz	UA Mat./Decl	CNPJ/CEI/NIT Det. Crédito	UA det. créd.	
BASE INDUSTRIAS REUNIDAS LTDA		37.393.196/0001-31	01.2.01.00	37.393.196/0001-31	01.2.01.00	
Tipo declaração	Proc. ação jud.	Dt. 1 <sup>ª</sup> DCOMP ativa	Nº proc. atrib. PER/DCOMP	Nº processo adm. anterior	Nº processo judicial	
ORIGINAL	NÃO	17/06/2010	10120.908627/2012-40			
Tipo documento	Tipo crédito		Período de Apuração		Perfil contribuinte	
DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO	PAGAMENTO INDEVIDO OU A MAI.		30/09/2009		EMPRESA DE MÉDIO PORTE	
Situação da Declaração	Motivo da situação da declaração				Imp. ref/canc	CPF inf. trat. manual
HOMOLOGAÇÃO TOTAL	HOMOLOGAÇÃO CONCLUÍDA				NÃO	
Nº da PER/DCOMP c/ informação do crédito	Nº do PER/DCOMP retificado/cancelado		Versão	Nº processo habilitação	Débitos	
			4.3			
CNPJ Sucessora	UA Sucessora	Grupo Tributo	Código da Receita	Data de Arrecadação	Histórico	
		COFINS	5856	23/10/2009	Detalhe Param	

PER/DCOMP 39117.11473.170610.1.3.04-9049. Utiliz. do Crédito:

### FISCEL.Débitos Apurados:

## FISCEL.Débitos Apurados – Créditos Tributários:

Fisc. Eletr. - Analisar Valores - Débitos Apurados - Créditos Tributários - 27/10/14 16:25 - COBAC511						
CNPJ		Nome empresarial			UA	Tributo
37.393.196/0001-31		BASE INDUSTRIAS REUNIDAS LTDA			120100	COFINS
PA	Receita	Dt. encerra PA	Dt. vto	Débito apurado	Nr. Declaração	Dt. inclusão
01/08/2009	5856	31/08/2009	25/09/2009	83.476,22	200920121860425678	12/03/2012
Cred.Trib	Out.Comp	Comp.	Parcel.	Suspensão	Saldo a Pagar	Páginas
						Ded c/Darf
						Ac.Legais
Valores declarados R(\$)				Valores confirmados/ amortizados/vinculados R(\$)		
Out. Comp. Dedupes						
Compensação	83.476,22			83.476,22		
Parcialamento						
Suspensão						
Pagamentos						
Dedução com DARF						
Saldo a pagar informado	0,00			0,00		
Créditos vinculados devedores				0,00		
Saldo a pagar devedor				0,00		
Saldo Devedor Total				0,00		

PER/DCOMP 29233.42551.121109.1.3.04-9933.Débitos Declarados:

PER/DCOMP - Consulta - v20130905							1 / 1	
Débitos Declarados								
PER/DCOMP	C. Receita	Per. Apuração	Valor do Principal	Valor da Multa	Valor do Juros	Valor Total do Débito		
29233.42551.121109.1.3.04-9933	5856-01	01/08/2009	91.811,92	13.937,04	1.551,62	107.300,58		
Totais:			91.811,92	13.937,04	1.551,62	107.300,58		

## CONSULTA, DCTF.08, 09/2009:

CONSULTA DCTF - Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais							CNPJ / CNPJ / INEFC 27.393.196/0001-31		Encaminhar Comentário			
Consulta DCTF::Consulta Declaração							MENU PRINCIPAL   CONSULTAR OUTRO CNPJ					
Consulta Declaração							Nome: BASE INDUSTRIAS REUNIDAS LTDA Situação Cadastral: Ativa Responsável pela empresa: ALBERTO PROCOPIO PIRES Unidade de Atendimento: DRP GOIANIA					
CNPJ	Período	Data Recepção	Período Inicial	Período Final	Situação	Tipo/						
37.393.196/0001-31	Agosto/2009	02/10/2009	01/08/2009	31/08/2009	Normal	Original/Cancelada	100.2009.2009.1087010412					
37.393.196/0001-31	Agosto/2009	23/11/2009	01/08/2009	31/08/2009	Normal	Retificadora/Cancelada	100.2009.2009.183019840					
37.393.196/0001-31	Agosto/2009	17/06/2010	01/08/2009	31/08/2009	Normal	Retificadora/Cancelada	100.2009.2010.85305388506					
37.393.196/0001-31	Agosto/2009	12/03/2012	01/08/2009	31/08/2009	Normal	Retificadora/Ativa	100.2009.2012.3606425678					
37.393.196/0001-31	Setembro/2009	06/11/2009	01/09/2009	30/09/2009	Normal	Original/Cancelada	100.2009.2009.18890193821					
37.393.196/0001-31	Setembro/2009	17/06/2010	01/09/2009	30/09/2009	Normal	Retificadora/Cancelada	100.2009.2010.8130390915					
37.393.196/0001-31	Setembro/2009	08/03/2012	01/09/2009	30/09/2009	Normal	Retificadora/Ativa	100.2009.2012.3860425545					

A rigor, o que o Contribuinte pretende é cancelar a Declaração de Compensação, tendo em vista que supostamente o débito relativo a esse Período de Apuração (PA) já teria sido compensado em outro PER/DCOMP 39117.11473.170610.1.3.04-9049.

Conforme comprovam os extratos transcritos, efetivamente no PERDCOMP 39117.11473.170610.1.3.04-9049 o Contribuinte pretende extinguir o mesmo tributo, código 5856, relativo ao mesmo PA, 08/2009, divergindo apenas do valor do débito.

Outro dado que merece destaque é o fato de o Contribuinte ter retificado a DCTF em 12/03/2012, somente após a emissão do Despacho Decisório, fls. 87, 93.

Ademais, o Contribuinte silenciou sobre os motivos que supostamente teriam justificado o erro cometido na DCTF Original.

Assim, não está comprovado nos autos qual seria o valor efetivamente correto, referente à COFINS, código 5856, PA 08/2009: se seria o constante na primeira DCOMP, na segunda DCOMP, ou na soma das duas.

Como o ônus da prova no presente caso é do Interessado, e dado que este não trouxe elementos ao processo para justificar o suposto erro cometido na primeira DCOMP, mantendo o Despacho Decisório inicial, que partiu de valores confessados pelo Contribuinte, não acatando o cancelamento pretendido no presente processo.

Do exposto, verificando-se que o Contribuinte não comprova a existência do crédito, voto por negar provimento ao Recurso Voluntário.

(documento assinado digitalmente)

Valcir Gassen